



Pré-sal
Petróleo

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2018

Sumário

Mensagem do Conselho de Administração	3
Identificação geral da Pré-Sal Petróleo	4
Composição acionária	5
Interesse público subjacente às atividades empresariais	5
Políticas públicas e Atividades desenvolvidas	6
Metas em relação ao desenvolvimento da atividade	15
Recursos para investimento e custeio	16
Informações financeiras	17
Estrutura de controles internos e fatores de risco	17
Políticas e práticas de governança corporativa	21
Descrição da composição e da remuneração da administração	23
Manifestação do Conselho de Administração	25

Mensagem do Conselho de Administração

A Pré-Sal Petróleo completou cinco anos de atividades em 2018, obtendo novas conquistas. Até 2017 a empresa fazia a gestão de um contrato de partilha de produção. Em 2018 foram assinados outros 13 contratos. Também nesse período a companhia assinou quatro acordos de individualização da produção e iniciou a comercialização do petróleo e gás da União, que até então era considerada como um desafio.

Com a comercialização do petróleo da União e com a assinatura da Equalização de Gastos e Volumes do Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, a companhia arrecadou R\$ 1,13 bilhão para a União, recursos direcionados para a Conta Única do Tesouro Nacional, contribuindo positivamente para o equilíbrio das contas públicas. Ao fim do exercício, registrou um lucro líquido de R\$ 30,95 milhões, atingindo assim a marca de quatro anos consecutivos gerando lucros. Com base no lucro líquido apurado no exercício de 2018, a administração da companhia propôs a distribuição de dividendos, nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 6,55 milhões, que foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2019.

A empresa tem executado plenamente suas atividades e promovido melhorias em seu modelo de gestão e governança, já reconhecidas pelo mercado. Seu Plano Estratégico 2018-2022 teve um índice de realização de 95% e seu planejamento 2019-2023 estabelece novos desafios, entre eles a digitalização da companhia.

Em 2018, também aprimorou a sua governança corporativa. Ampliou o relacionamento com seus públicos de interesse, atendeu aos requisitos de transparência exigidos às empresas públicas, criou o Comitê de Auditoria Estatutário e implementou, dentre outras, a Política de Integridade e de Divulgação de Informações.

A consolidação desse modelo de gestão é de extrema importância para ajudar a empresa a enfrentar os novos desafios. Com a assinatura de novos contratos de partilha de produção, oriundos das próximas rodadas de licitação e do leilão do excedente da Cessão Onerosa, a carteira de projetos da companhia poderá chegar a 30 contratos em 2021.

Em paralelo, a comercialização do petróleo da União alcançará um novo patamar. Os estudos da empresa indicam que em 2028, a União terá direito a uma produção média de 250 mil barris por dia de excedente em óleo apenas dos 14 contratos de partilha de produção hoje em vigor. Isso equivale a uma geração de receitas para a União da ordem de R\$ 20,3 bilhões anuais.

A dedicação da equipe e a confiança e colaboração dos parceiros foram e serão fundamentais para esse resultado. Não temos dúvida de que a competência e o amadurecimento da companhia irão garantir o cumprimento dessa nova etapa que se aproxima.

Marcio Felix Carvalho Bezerra
Presidente do Conselho de Administração

Identificação Geral da Pré-Sal Petróleo

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural s.a. - Pré-Sal Petróleo s.a. - PPSA

CNPJ: 18.738.727/0001-36

NIRE: 53 5 0000531-5

Sede: Brasília

Escritório Central: Rio de Janeiro, onde estão as operações da empresa

Tipo societário: Sociedade Anônima

Acionista controlador: União

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional

Setor de atuação: Petróleo e Gás

Diretor de Administração, Controle e Finanças: Leandro Leme Junior. CPF : *****06.138**

Auditor independente da empresa: Maciel Auditores S/S, (11) 4007-1219, contato@macielauditores.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual:

Marcio Felix Carvalho Bezerra - presidente - CPF : ****16.491**

Ariosto Antunes Culau - CPF : ****35.000**

Marcelo Pacheco dos Guarany's – CPF: ****440.611**

Geraldo Julião Júnior – CPF: ****73.306**

José Eduardo Vinhaes Gerk – diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo – CPF ****78.757**

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

José Eduardo Vinhaes Gerk – diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo – CPF ****78.757**

Hercules Tadeu Ferreira da Silva – Diretor de Gestão de Contratos – CPF: ****49.568**

Paulo Moreira de Carvalho – Diretor Técnico e de Fiscalização – CPF: ****22.217**

Leandro Leme Junior – Diretor de Administração, Controle e Finanças – CPF: ****06.138**

Data de aprovação: 27/06/2019

Nota: A presente Carta utiliza como base o modelo proposto pela a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, elaborado em conjunto com o Ministério da Fazenda (STN, PGFN e Secretaria-Executiva), a Bovespa e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Composição acionária

A Pré-Sal Petróleo teve sua criação autorizada em 2 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, criou a empresa, aprovando o seu primeiro Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia Geral de constituição da empresa. O capital social é 100% da União. A Pré-Sal Petróleo é uma empresa pública não dependente, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Interesse público subjacente às atividades empresariais

O regime de partilha de produção foi instituído no Brasil pela Lei nº 12.351/2010. Em paralelo, foi aprovada a Lei nº 12.304, que autorizou a criação da Pré-Sal Petróleo. A empresa atua em três grandes frentes: gestão dos contratos de partilha de produção (CPPs); gestão dos contratos de comercialização do petróleo e do gás natural da União; e representação da União nos Acordos de Individualização (AIPs) envolvendo áreas não contratadas no pré-sal brasileiro. Assim, por lei, todos os contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Polígono do Pré-sal são celebrados em regime de partilha de produção, tendo a Pré-Sal Petróleo como gestora.

As competências legais da companhia lhes são exclusivas, pois apenas à Pré-Sal Petróleo foram legalmente conferidas, e imprescindíveis, porque sua não execução pela companhia inviabiliza o regime de partilha de produção no Brasil, não apenas pela ausência da empresa encarregada de gerir os CPPs, como também pela impossibilidade de comercializar os hidrocarbonetos a que faz jus a União em consequência da partilha da produção e dos acordos de individualização da produção.

No cumprimento de seu dever e no atendimento ao interesse público, a companhia tem como missão “maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural”. Todas as atividades da empresa são pautadas com foco no atendimento à sua missão. Em 2018, a empresa apresentou lucro pelo quarto ano seguido e arrecadou R\$ 1,13 bilhão para a União.

Para pautar suas atividades, a empresa adotou os seguintes valores e princípios de gestão:

Valores

Defesa do interesse nacional
Retidão e idoneidade
Clareza e transparência
Competência e capacitação técnica

Princípios de gestão da companhia:

- Contribuir para a elaboração de políticas públicas que visem o avanço do setor
- Agir com clareza e transparência ao comunicar nossa estratégia
- Gerir o contrato de partilha de forma eficiente e participativa
- Ser a interface técnica entre o governo e a indústria
- Visar os melhores resultados para a União e para o projeto
- Interagir com a indústria

Como gestora dos contratos de partilha de produção, a Pré-Sal Petróleo mantém relacionamento próximo e cooperativo com as 14 empresas que atuam no regime de partilha de produção, buscando os melhores resultados para os projetos e contribuindo para a criação de um ambiente produtivo, saudável e atrativo no pré-sal brasileiro.

Para garantir melhores resultados para a União, a empresa tem realizado contínuas melhorias em seu sistema de gestão. Em paralelo, tem promovido novas iniciativas para aumentar sua governança e transparência, garantindo à sociedade amplo acesso às suas informações.

A companhia responde tempestivamente às demandas da sociedade por meio da imprensa e de seus canais de atendimento, por meio do site, do serviço de atendimento ao cidadão (e-SIC) e do Sistema de Ouvidoria (e-OUV).

Políticas públicas e Atividades desenvolvidas

O marco regulatório que instituiu o regime de partilha da produção é a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e de gás natural neste regime na área do pré-sal e em áreas estratégicas. A mesma Lei instituiu o Fundo Social, definindo sua estrutura e estabelecendo que toda receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União será a ele destinada. Desta forma, toda a arrecadação obtida pela Pré-Sal Petróleo com a venda do petróleo e gás da União é imediatamente direcionada à Conta única do Tesouro Nacional para este fim.

O Fundo Social tem como finalidade acumular recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, estabelece que 50% dos recursos do Fundo Social serão destinados à saúde e educação.

Dessa forma, com base nas políticas estabelecidas, as atividades da Pré-Sal Petróleo beneficiam diretamente a sociedade.

Em paralelo, em atendimento ao interesse público que justificou a criação da companhia, em razão do conhecimento amplo do setor e da interface técnica que realiza entre o governo e a indústria, a equipe técnica da empresa regularmente colabora com a elaboração de políticas públicas. A lista abaixo exemplifica iniciativas já realizadas:

- Elaboração de estudos técnicos sobre as áreas de Carcará, Tartaruga Verde, Sapinhoá e Sul do Gato do Mato para dar suporte à 2ª Rodada de Partilha de Produção;
- Aperfeiçoamento dos Contratos de Partilha de Produção da 2ª Rodada;
- Participação na formação da Resolução CNPE 08/2016 (Unitização);
- Resolução CNPE nº 12/2016 (primeira Política de Comercialização);
- Portaria MME 266/2018 (comercialização direta de petróleo e gás da União);
- Aperfeiçoamento dos Contratos de Partilha de Produção da 6ª Rodada;
- Elaboração do Contrato de Partilha do Excedente da Cessão Onerosa;
- Participação, em 2018, dos profissionais da Pré-Sal Petróleo no Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para a elaboração da Política de Comercialização do Petróleo e Gás da União; e
- Portaria CNPE nº 15/2018 (terceira Política de Comercialização)

Em relação à Política de Comercialização, a equipe da companhia participou de diversos *workshops* para discutir as diretrizes do novo marco legal. No dia 29 de outubro de 2018, a Resolução nº 15, do Conselho Nacional de Política Energética, estabeleceu a Política de comercialização do petróleo e gás natural da União. De acordo com a Resolução, a Pré-Sal Petróleo detém a competência de celebrar os contratos com agentes comercializadores, representando a União, ou comercializar diretamente o petróleo e o gás natural da União, preferencialmente por leilão. A política estabelece que a receita advinda da venda desses produtos, após dedução de tributos e outros gastos, deve ser depositada diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional para destinação legal.

Atividades da companhia

Focada em sua missão de maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural, em 2018, a Pré-Sal Petróleo atuou nas seguintes atividades:

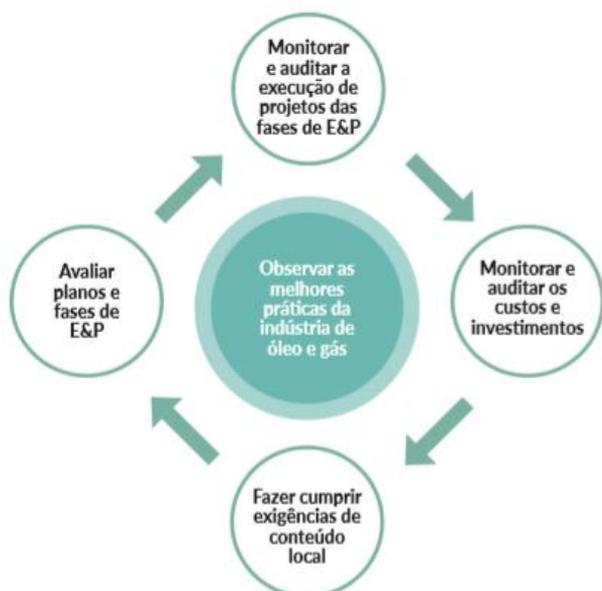
Contratos de Partilha de Produção

- Gestão dos 14 Contratos de Partilha de Produção, oriundos das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Rodadas de Partilha de Produção. A tabela abaixo demonstra os contratos por rodada, os consórcios e o excedente em óleo da União de cada contrato.

ÁREA	RODADA	OPERADOR	CONSORCIADOS	EXCEDENTE EM ÓLEO LUCRO
Libra	1	Petrobras (40%)	Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%), CNOOC (10%)	41,65%
Sul de Gato do Mato	2	Shell (80%)	Total (20%)	11,53%
Entorno de Sapinhoá	2	Petrobras (45%)	Shell (30%), Repsol (25%)	80%
Norte de Carcará	2	Equinor (40%)	ExxonMobil (40%), Petrogal (20%)	67,12%
Peroba	3	Petrobras (40%)	BP (40%), CNOOC Brasil (20%)	76,96%
Alto de Cabo Frio Oeste	3	Shell (55%)	QPI (25%), CNOOC (20%)	22,87%
Alto de Cabo Frio Central	3	Petrobras (50%)	BP (50%)	75,80%
Uirapuru	4	Petrobras (30%)	ExxonMobil (28%), Equinor (28%), Petrogal (14%)	75,49%
Dois Irmãos	4	Petrobras (45%)	BP (30%), Equinor (25%)	16,43%
Três Marias	4	Petrobras (30%)	Shell (40%), Chevron (30%)	49,95%
Saturno	5	Shell Brasil (50%)	Chevron Brasil (50%)	70,20%
Titã	5	ExxonMobil Brasil (64%)	QPI Brasil (36%)	23,49%
Pau-Brasil	5	BP Energy (50%)	CNOOC (30%) e Ecopetrol (20%)	63,79%
Sudoeste de Tartaruga Verde	5	Petrobras (100%)	Petrobras (100%)	10,01%

A Pré-Sal Petróleo tem papel fundamental na governança dos consórcios, monitorando, aprovando e auditando as operações e os gastos passíveis de recuperação pelos contratados. Como gestora, a companhia é responsável por verificar o cumprimento do conteúdo nacional no desenvolvimento das jazidas do pré-sal, ajudando, assim, na política de fortalecimento da indústria nacional; também monitora e audita os custos e investimentos; avalia planos e fases de Exploração e Produção e a execução dos projetos. A empresa zela pela eficácia na condução desses contratos, somando forças com os contratados na busca dos melhores resultados para os projetos e, em consequência, para a União.

Neste regime, a companhia preside o comitê operacional dos consórcios e responde pela metade de seus votos, além de desfrutar, em algumas situações previstas no contrato de partilha de produção, de poder de veto e voto de qualidade. Portanto, além de exercer a gestão do projeto, a Pré-Sal Petróleo, para tomada de decisões no comitê operacional, atua nos exatos moldes de uma companhia de petróleo, efetuando a análise e interpretação de complexos dados e informações geológicas e participando das decisões sobre a estratégia exploratória e comercial.



O [Relatório Anual de Administração 2018](#) apresenta informações completas sobre as atividades desempenhadas em cada um dos contratos.

As figuras abaixo demonstram um extrato das atividades realizadas em 2018:

Libra (Mero)

- Produção diária acima de 40 mil barris de óleo.
- Produção acumulada alcançou nove milhões de barris de óleo em dezembro. Parcela da União atingiu 1,5 milhão de barris.
- O FPSO Pioneiro de Libra manteve-se em produção até outubro, quando foi fechado para troca do poço injetor de gás. A produção retornou em dezembro, com o projeto denominado SPA1, mantendo-se o poço 3-RJS-739A em produção e utilizando-se o poço 3-RJS-751D como injetor de gás.
- A comercialização do petróleo da União pela Pré-Sal Petróleo foi iniciada em março. Em agosto, a produção do campo foi leiloada por 36 meses.
- Três Sistemas de Produção Antecipada (SPAs) foram planejados para serem realizados com o FPSO Pioneiro de Libra.
- Realização, pela equipe de auditoria da companhia, de auditoria de custo em óleo referente ao ano de 2015 e da metodologia de cálculo de HH (homem/hora), de 2013 a 2018.
- Reuniões mensais com o operador para monitoramento das atividades de desenvolvimento de Mero, bem como dos estudos exploratórios em andamento nas áreas Central e Sudeste;
- Aquisição de sísmica 3D NODES, base para o monitoramento sísmico do reservatório.
- Foram perfurados poços de avaliação de reservatórios, a fim de melhor definir as malhas de drenagem dos quatro sistemas definitivos de produção previstos para a Área Noroeste de Libra. Também foram realizadas perfuração e completação de poços de desenvolvimento.
- O primeiro FPSO (Mero 1) para operação no sistema definitivo de produção já foi contratado. O segundo está em fase de licitação, e os outros dois em fase de concepção do projeto.
- A equipe técnica da Pré-Sal Petróleo cumpriu todas as metas estabelecidas para análise de ballots para diversas contratações e reconhecimento de custos do projeto.
- Acompanhamento das atividades do Programa Libra@35, que visa a redução de custos do projeto. Já foram obtidos vários resultados positivos dessa iniciativa.
- Continuação da produção do Sistema de Produção Antecipada (SPA 0) com o FPSO Pioneiro de Libra, que teve início com o Teste de Longa Duração (TLD), em novembro de 2017.
- Estudos de interpretação do Contrato de Partilha da Produção de Libra (CPP LIBRA_P1), utilizando-se o princípio da evolução regulatória, levaram à equiparação de várias cláusulas do CPP de LIBRA_P1 aos novos contratos das 2ª e 3ª rodadas de licitação de blocos do Pré-Sal.
- Ajuste no projeto do FPSO de Mero 1 e de Mero 2, de forma a incluir a possibilidade de reinjeção da água produzida, em atendimento a requisitos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Montagem e início dos testes do protótipo da tecnologia Hi-Sep (patente Petrobras) no sítio de teste do Cenpes/ Petrobras na LubNor em Fortaleza.
- Contratação do protótipo da unidade de testes das membranas CMS (Carbon Molecular Sieve) para separação do CO2 da corrente de gás natural produzido. Estas membranas apresentam em escala de laboratório uma melhor seletividade e menor perda de hidrocarbonetos na separação do CO2, além de proporcionarem redução no foot-print da planta de processo do FPSO.
- Participação nas discussões para contratação para teste do Cargo Transfer Vessel (CTV).
- Atualização e finalização do Cadastro de Contratos.
- Reuniões técnicas e avaliação jurídica, que resultaram na aprovação da adesão do Consórcio de Libra aos novos critérios de conteúdo local, de acordo com a Resolução ANP 726/2018

Entorno de Sapinhoá

- Análise de 14 ballots para a manutenção das atividades em curso na jazida.
- Revisão do Programa de Trabalho & Orçamento 2018, para incluir os custos referentes às três declarações de comercialidade.
- O poço de aquisição de dados de reservatório (ADR), a ser perfurado na área licitada, está previsto para 2020.
- Ao longo do ano foram realizadas três reuniões do Comitê Operacional.
- O AIP da Jazida Compartilhada de Sapinhoá foi efetivado em novembro.

Sul de Gato do Mato

- Análise de 30 ballots relacionados à perfuração do poço GdM#3 em 2019, que incluem a contratação de sonda, logística marítima e aérea, além de materiais de revestimento e cimentação de poços.
- O início da perfuração está previsto para o segundo trimestre de 2019, a depender do licenciamento ambiental.
- Iniciadas as discussões para a definição de um Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) conjunto com o BM-S-54, além de um Pré-AIP para regular as operações durante a fase do PAD, como também as primeiras avaliações preliminares para a especificação de um FPSO para a produção da área.
- Foram constituídos quatro Subcomitês Técnicos, um Comitê Operacional e realizados diversos workshops ao longo do ano, com a participação das empresas contratadas e da Pré-Sal Petróleo.

Norte de Carcará

- Início da perfuração do primeiro poço, Carcará W, em setembro de 2018.
- Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) conjunto com o bloco BM-S-8 (concessão), aprovado pela ANP em outubro de 2018, contempla a perfuração de um segundo do poço (Carcará E) e a realização de dois testes de formação (Carcará West e Carcará East) como compromissos firmes, e a perfuração de um terceiro poço.
- Acordo de Pré-Individualização da Produção (PréAIP) assinado em agosto de 2018.
- Assinatura de Acordo de Confidencialidade e Divulgação de Dados para coordenar a troca de dados e informações entre os consórcios, tendo em vista a avaliação conjunta da jazida.
- Análise de 77 ballots.
- O primeiro óleo, no primeiro FPSO (são dois no total), está previsto para 2023-2024.

Alto de Cabo Frio Central

- Atividades com foco no Licenciamento ambiental
- A primeira perfuração na área está prevista para 2019.
- Uma reunião do Comitê Operacional, duas do Comitê Técnico e várias reuniões e workshops técnicos com o consórcio
- Análise de 13 ballots pela equipe da Pré-Sal Petróleo, com destaque para a aprovação da Estratégia Exploratória e para os orçamentos de 2018 e 2019.

Alto de Cabo Frio Oeste

- Análise de 35 ballots pela Pré-Sal Petróleo, visando subsidiar a perfuração de poço exploratório em 2019. Incluem a contratação de sonda, logística marítima e aérea, além de materiais de revestimento e cimentação de poços.
- O início da perfuração está previsto para o quarto trimestre de 2019, a depender da obtenção do licenciamento ambiental.
- Diversas reuniões realizadas ao longo do ano entre o operador e a Pré-Sal Petróleo, para alinhamento dos processos relacionados à gestão dos contratos de partilha de produção, em particular a definição do Regimento Interno do Comitê Operacional.

Peroba

- O consórcio, liderado pela Petrobras, estabeleceu uma meta também desafiadora para a perfuração do primeiro poço, iniciada em outubro.
- Realização de uma reunião do Comitê Operacional, duas do Comitê Técnico e várias reuniões e workshops técnicos com o consórcio.
- Análise de 16 ballots, com destaque para a aprovação dos orçamentos de 2018 e 2019.

Uirapuru

- Reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada no dia 19 de dezembro, na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Tiveram início discussões sobre a Estratégia Exploratória e sobre modelos de contratação para a execução das atividades

Pau Brasil

- Reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada no dia 19 de dezembro, na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Tiveram início discussões sobre a Estratégia Exploratória e sobre modelos de contratação para a execução das atividades

Três Marias

- Reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada no dia 19 de dezembro, na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Tiveram início discussões sobre a Estratégia Exploratória e sobre modelos de contratação para a execução das atividades

Dois Irmãos

- Reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada no dia 19 de dezembro, na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Tiveram início discussões sobre a Estratégia Exploratória e sobre modelos de contratação para a execução das atividades

Titã

- A reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada dia 21 de dezembro na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Foram iniciadas discussões sobre a Estratégia Exploratória.
- Operador enviou cinco ballots para avaliação

Saturno

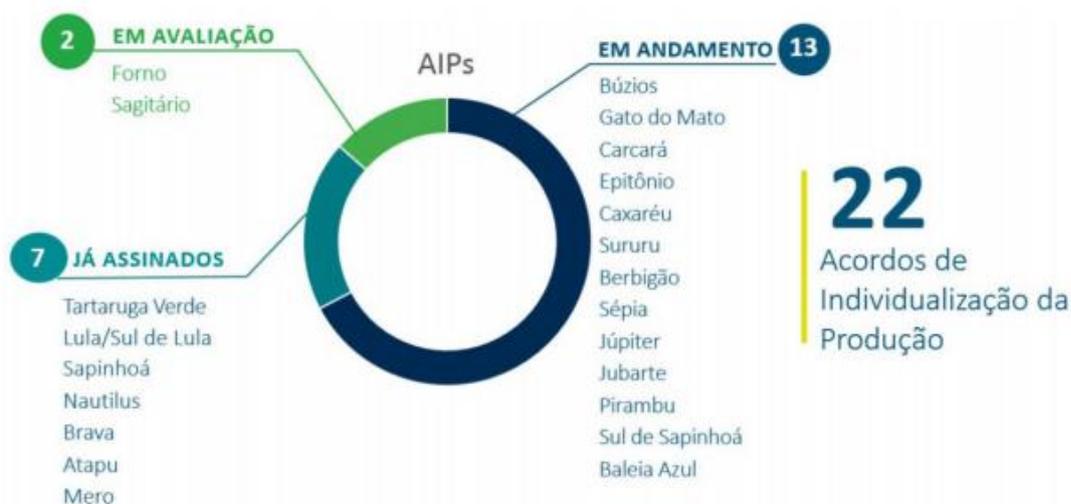
- A reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada dia 20 de dezembro na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Foram iniciadas discussões sobre a Estratégia Exploratória.

SW de Tartaruga Verde

- A reunião para formação do Comitê Operacional foi realizada dia 19 de dezembro, na sede da Pré-Sal Petróleo.
- Foram iniciadas as discussões com a Petrobras para apresentação do Aditivo ao AIP à ANP, para refletir a alteração de participação da União frente ao contrato de partilha de produção e para inclusão das novas participações (TP – Tract Participation) decorrentes do processo de redeterminação concluído em 2018.
- A Petrobras iniciou as providências para a declaração de comercialidade da parte da jazida compartilhada que se encontra dentro da área licitada, como requisito para a submissão do aditivo ao AIP.
- Também foram iniciadas as negociações para a celebração do Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (EGV).

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

- Três acordos assinados em 2018 – Jazida Compartilhada de Norte de Brava, Jazida Compartilhada de Atapu e Jazida Compartilhada de Mero
- Avaliação de outros 15 potenciais acordos de individualização da produção
- Equalização de Gastos e Volumes (EGV) do Campo de Sapinhoá (BM-S-9)



Acordos assinados em 2018:

Jazida Compartilhada de Norte de Brava: a Jazida de Norte de Brava, pré-sal da Bacia de Campos, situa-se entre os Campos de Marlim, Voador e área não contratada. Está em produção através do poço 6-MRL-199D-RJS desde 2011, mas a notificação de possibilidade de extensão da jazida para área não contratada somente foi feita em janeiro de 2018, após a perfuração do poço 9-MRL231DA-RJS. A Petrobras e a Pré-Sal Petróleo iniciaram as negociações em abril de 2018, com a assinatura do Acordo de Confidencialidade. Ao longo do primeiro semestre de 2018, foram realizados vários *data rooms* para avaliação das características da jazida. Em outubro de 2018, o referido AIP foi protocolado na ANP. Este AIP ainda não se encontra efetivo, aguardando aprovação pela Agência.

Jazida Compartilhada de Atapu: a Área de Atapu está localizada na Bacia de Santos. Parte da produção de petróleo nessa área será proveniente do Contrato de Concessão BM-S-11A (Campo de Oeste de Atapu), que tem a Petrobras como operadora e as parceiras não operadoras Total, Shell e Petrogal; parte será proveniente de área referente ao Contrato de Cessão Onerosa (Campo de Atapu); e uma terceira fatia de produção será proveniente de área não contratada, que é representada pela União (Área Norte de Atapu). As negociações referentes a esse AIP iniciaram-se em outubro de 2017. O acordo foi protocolado na ANP em 9 de novembro de 2018 e ainda não se encontra efetivo, aguardando aprovação da agência e com previsão de início de produção em 2020.

Jazida Compartilhada de Mero: a Jazida de Mero está localizada na Bacia de Santos. Estende-se ao sul para fora da área do contrato de Libra, operado pela Petrobras (40%), com os sócios Shell (20%), Total (20%), CNOOC (10%) e CNPC (10%), em regime de partilha de produção. A notificação à ANP foi realizada em 23 de outubro de 2014. Em 30 de novembro de 2017, foi declarada a comercialidade da Área de Desenvolvimento da Produção de Mero. O AIP de Mero foi aprovado pela ANP em dezembro de 2018.

Atribuições da companhia na representação da União nos Acordos de Individualização da Produção:



Equalização de Gastos e Volumes (EGV) do Campo de Sapinhoá (BM-S-9)

A Equalização de Gastos e Volume (EGV) é uma conciliação financeira resultante de um Acordo de Individualização da Produção. Sempre que é realizado um acordo dessa natureza, a União, representada pela Pré-Sal Petróleo, passa a ter direito a uma parcela da produção e também responsabilidade equivalente sobre os gastos. Com base na parcela estabelecida, é realizado um acerto de contas, considerando as receitas desde o início da produção e, na mesma proporção, os investimentos e despesas do período. Ou seja, a depender do balanço entre receitas e despesas a União pode ser credora ou devedora.

Em 2018, a Pré-Sal Petróleo trabalhou na EGV dos campos de Sapinhoá, Tartaruga Verde e Lula. Em novembro, concluiu a negociação com o consórcio BM-S-9, liderado pela Petrobras (45%) e os parceiros não operadores Shell (30%) e Repsol Sinopec (25%), da EGV da Jazida Compartilhada de Sapinhoá, importante produtor de petróleo na Bacia de Santos. O consórcio iniciou a produção em 2010 e pouco tempo depois identificou que a jazida de petróleo ultrapassava os limites geográficos do contrato do Bloco BM-S-9, indo em direção a uma área não contratada. O AIP estabeleceu que 3,7% da produção correspondia à área não contratada e era, assim, de titularidade da União. Foi realizado um acerto de contas considerando as receitas desde o início da produção e, na mesma proporção, os investimentos e despesas do período. Essa conciliação resultou no saldo credor de R\$ 847 milhões em favor da União, valor que foi depositado na Conta Única do Tesouro Nacional no dia 21 de dezembro.

Comercialização de petróleo e gás natural

- Venda *spot* de petróleo da União
- Realização de contrato para a venda do gás dos Campos de Lula e Sapinhoá
- Realização de Leilão de Petróleo da União com a comercialização do petróleo da Área de Desenvolvimento de Mero e do Campo de Sapinhoá para 36 meses e do Campo de Lula para 12 meses.

Sob a vigência da Medida Provisória (MP) nº 811, a companhia realizou, em fevereiro de 2018, a primeira comercialização de petróleo da União: um contrato de 500 mil barris de petróleo da Área de Desenvolvimento de Mero (Libra) para a Petrobras. Posteriormente, a Pré-Sal Petróleo vendeu mais duas cargas, de 250 mil barris em junho e de 500 mil barris em julho, conforme demonstradas na tabela abaixo. Nas três ocasiões, a empresa realizou a operação de venda direta, por um processo competitivo entre as principais companhias do mercado.

Comercialização do quinhão de petróleo da União na partilha/2018			
Mês da venda (Mês de carregamento)	Quantidade em barris	Área/Campo	Comprador
Março (Março a Abril)	500.000	Mero	Petrobras
Maio (Junho)	250.000	Mero	Petrobras
Maio (Julho)	500.000	Mero	Petrobras

Em junho de 2018 foi concluída a negociação do gás natural dos campos de Lula e Sapinhoá, vendidos à Petrobras. Em 1º de novembro de 2018, teve início efetivo o contrato de Sapinhoá.

Em 14 de junho de 2018, a MP nº 811 foi convertida na Lei 13.679.

Leilão de Petróleo da União

Em agosto de 2018, a Pré-Sal Petróleo realizou na B3, Bolsa de Valores de São Paulo, um leilão para comercializar o petróleo da União, que contou com a participação das empresas Petrobras, Shell, Total e Repsol Sinopec. Na ocasião, a companhia comercializou a produção proveniente da Área de Desenvolvimento de Mero e do Campo de Sapinhoá por 36 meses e de Lula por 12 meses. A tabela abaixo demonstra os valores comercializados pela companhia.

Lote	Quantidade Estimada (BBL)	Prazo do Contrato	Proponentes Vencedoras	Valor (por m ³)
Mero	10.600.00	36 meses	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Preço de Referência
Lula	1.100.00	12 meses	Total E&P do Brasil Ltda.	Preço de Referência + R\$1,00
Sapinhoá	600.000	36 meses	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Preço de Referência

Em novembro de 2018, a empresa obteve habilitação para exportar.

Metas em relação ao desenvolvimento da atividade

As metas da administração pública federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas são definidas no Plano Plurianual (PPA). As ações da Pré-Sal Petróleo estão vinculadas ao “Programa 0807 – Gestão e Manutenção das Empresas estatais Federais”.

O programa é composto por três ações:

- Manutenção e Adequação de Bens imóveis;
- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos;
- Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

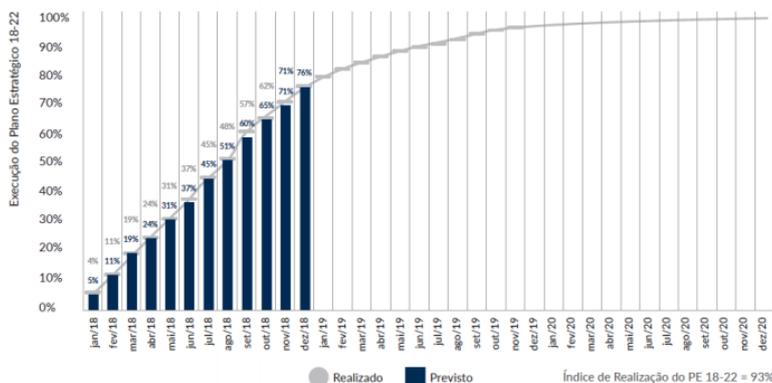
Cabe salientar que as mencionadas ações não possuem meta física. O valor total das ações reconcilia com o total dos dispêndios de capital contidos no Programa de Dispêndio Globais (PDG) de cada exercício, conforme exigido pelo Manual Técnico de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O quadro abaixo demonstra o orçamento de investimento da companhia:

R\$ milhões	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real
Dispêndios de Capital	-	-	5,52	0,38	14,10	5,27	19,19	1,01	10,28	0,42	36,53	0,74
Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	3,67	-	2,72	0,10
Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	-	-	0,36	-	9,42	2,25	4,37	0,23	2,50	-	2,50	-
Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	-	-	5,16	0,38	4,68	3,02	14,83	0,78	4,11	0,42	31,31	0,64

Fonte: Sistema SIOP

Outro instrumento que regula o desenvolvimento da atividade é o Plano Estratégico da empresa. O Planejamento do quinquênio 2018-2022 foi construído a partir das diretrizes estabelecidas na Lei n.º 12.304 e no Decreto nº 8.063 e, também, adotou como referência, os Contratos de Partilha da Produção para Exploração da Produção de Petróleo e Gás Natural vigentes. Em 2018, a Pré-Sal Petróleo cumpriu com as metas do Planejamento Estratégico 2018-2022 estabelecidas para o período, alcançando o índice de realização de 95% das iniciativas estratégicas.



Objetivos alcançados em relação às metas estabelecidas pelo Plano Estratégico para o ano de 2018:

- Adaptação da matriz de governança para os contratos de partilha de produção das rodadas 2 e 3;
- Desenvolvimento e implantação do modelo econômico determinístico;
- Implantação da gestão da base de dados científicos;
- Comercialização de petróleo da União através de Leilão;
- Implementação do procedimento do operador sobre a gestão dos contratos de partilha de produção;
- Implantação do procedimento de governança dos AIPs;
- Implantação do Programa de Transparência;
- Implantação do Gerenciamento de Riscos

Ao final do ano de 2018, a empresa submeteu o Plano Estratégico para o quinquênio 2019-2023 para aprovação do Conselho de Administração, que o aprovou, em reunião ordinária, no dia 24 de janeiro de 2019.

Quatro diretrizes estratégicas serão trabalhadas no quinquênio:

Diretriz 1 - Praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de partilha de produção e representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes

Diretriz 2 - Praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de comercialização de Petróleo e Gás Natural de forma a otimizar o processo de comercialização do petróleo e gás:

Diretriz 3 - Promover a transformação digital da empresa e o aumento da agilidade dos processos internos:

Diretriz 4 - Desenvolver a estrutura corporativa

Informações mais detalhadas podem ser encontradas na [seção Planejamento Estratégico](#) no site da Pré-Sal Petróleo.

Recursos para investimento e custeio

Os recursos para investimento e custeio da atividade empresarial da Pré-Sal Petróleo advêm do Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) e da parcela do Bônus de Assinatura a cada licitação no regime de partilha da produção.

O Contrato de Remuneração é a contrapartida pelos serviços prestados na gestão dos Contratos de Partilha de Produção e na representação da União nos Procedimentos de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural e nos acordos deles decorrentes. A remuneração pela gestão e representação da União nos contratos é proporcional ao número de contratos, à dimensão dos blocos, à quantidade de módulos da etapa de desenvolvimento e à vazão de fluidos produzidos, de acordo com as fases e as etapas de cada deles. Como condição para o pagamento, a Pré-Sal Petróleo deve elaborar um Relatório de Remuneração Mensal com todas as informações sobre os contratos e as representações sob a responsabilidade da empresa, além do valor a ser recebido.

A empresa não recebe repasse de verbas de convênios públicos e não utiliza financiamentos privados para a execução de suas atividades.

Informações financeiras

Das operações da companhia:

Em 2018, a receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União totalizou R\$ 45,07 milhões, tendo a empresa faturado a parcela dos bônus de assinatura relativas aos contratos assinados nas 2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção, realizadas em 2017, no total de R\$ 53,88 milhões, totalizando um faturamento anual bruto de R\$ 98,95 milhões.

A Pré-Sal Petróleo recuperou R\$ 16,1 milhões em impostos, acumulou R\$ 3 milhões em receitas financeiras e recebeu aporte de capital de R\$ 6 milhões. A companhia apurou lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro de R\$ 46,66 milhões, registrando provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro de R\$ 15,71 milhões.

A companhia seguiu mantendo uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros, atingindo assim a marca de quatro anos consecutivos gerando lucros e contribuindo positivamente para o equilíbrio das contas públicas.

Da realização orçamentária:

Do Programa de Dispêndios Globais de 2018 aprovado pelo Decreto nº 9.240 de 15/12/2017, foram realizados 79% das fontes de recursos planejadas, perfazendo R\$ 108,13 milhões. Deste total, 92% são receitas operacionais, 5% aportes de capital do controlador e 3% receitas não operacionais.

Pelo lado dos usos de recursos, foram realizados 58% dos usos de recursos planejados, perfazendo R\$ 70,48 milhões. Deste total, 43% correspondem a tributos e encargos para fiscais, 41% correspondem a despesas com pessoal e encargos sociais e 12% são correlatos a despesas com serviços de terceiros. Outros 4% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços e materiais e produtos.

Receitas para a União:

Em 2018, a companhia realizou quatro embarques de petróleo relativos ao quinhão da União nos volumes de produção da área de desenvolvimento de Mero, totalizando aproximadamente 1,25 milhão de barris de petróleo, destinando R\$ 286 milhões à Conta Única do Tesouro Nacional. Em dezembro, a companhia arrecadou R\$ 847 milhões para a Conta Única do Tesouro Nacional, oriundos da equalização de gastos e volumes de Sapinhoá, totalizando assim uma arrecadação de R\$ 1,133 bilhão ao Tesouro Nacional. Adicionalmente, foram depositados dividendos no valor de R\$ 6,78 milhões para a Coordenadoria Geral de Participações Societárias do Ministério da Economia, referentes ao resultado financeiro de 2018.

Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

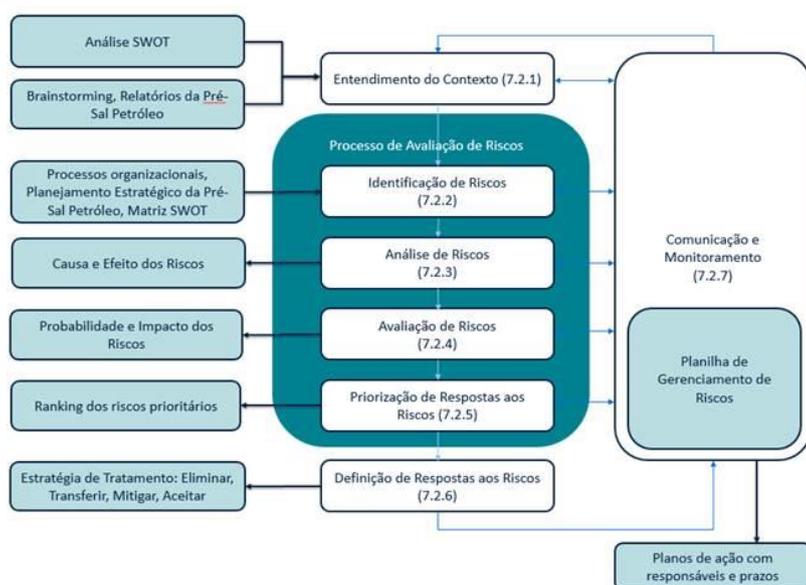
A implantação da Gestão de Riscos da Pré-Sal Petróleo foi parte do Plano Estratégico 18-22 e contemplou o atendimento da Lei nº 13.303/16 e da Resolução CGPAR nº 18/16. A iniciativa promoveu a criação do procedimento de gerenciamento de riscos e sua implementação ao longo de 2018. O procedimento foi elaborado e apresentado na 204ª Reunião da Diretoria Executiva em 3 de abril de 2018 e aprovado pelo diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo em 6 de abril de 2018.

Na Pré-Sal Petróleo, a Assessoria de Planejamento Estratégico vinculada diretamente ao diretor presidente tem as atribuições do Gerenciamento de Riscos da empresa, englobando e não se limitando a:

- Coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos;
- Coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;
- Estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;
- Elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

O processo de gerenciamento de riscos foi implementado em 2018, conforme estipulado na Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pela Diretoria em 2017, e suas etapas e resultados foram registrados no Relatório de Gerenciamento de Riscos (RL.PRE.002/2018), elaborado pela Assessoria de Planejamento Estratégico e submetido à Diretoria e aos Conselhos de Administração, Fiscal e de Auditoria.

Processo de Gerenciamento de Riscos implantado na empresa em 2018:



Durante a Etapa de Entendimento do Contexto da empresa, o Planejamento Estratégico fez um levantamento de estudos e análises relevantes que pudessem ser insumos para entendimento do contexto da organização. Foram consultados:

- Entrevistas com Governo e Empresas em 2018
- Matriz Swot de 2017
- Relatório do *Workshop* de Planejamento de 2016 e riscos identificados à época
- Riscos de Imagem identificados pela Assessoria de Comunicação
- Processos organizacionais e objetivos estratégicos

Os temas propostos para identificação de riscos da Pré-Sal Petróleo foram agrupados em quatro Grupos principais:

Grupo Gestão dos Contratos de Partilha de Produção
 Grupo Comercialização
 Grupo Individualização da Produção e acordos decorrentes
 Estruturação da Empresa

Na Etapa de Identificação dos Riscos foram constatados os riscos associados ao contexto levantado e aos principais processos da empresa. Após validação, as ações identificadas para tratamento dos riscos analisados, avaliados e priorizados entraram em monitoramento contínuo junto às áreas responsáveis pelas ações de tratamento e de monitoramento dos mesmos.

O produto do gerenciamento de riscos, e que funciona como controle interno de gestão, é uma matriz de riscos em que os mesmos são identificados, avaliados, priorizados. A matriz conta com plano de ação com responsáveis e prazos para mitigação dos riscos. O controle e o monitoramento dos riscos são realizados mensalmente e reportados na Reunião de Análise Crítica do Planejamento Estratégico.

O Sistema de Gestão da companhia oferece suporte a todas as atividades. Consiste em ações de Planejamento Estratégico, Gerenciamento da Rotina, Gerenciamento de Risco e Programa de Integridade.



Planejamento Estratégico Quinquenal

O Plano Estratégico para o quinquênio 2018-2022 obedeceu às diretrizes estabelecidas conforme as obrigações legais contidas na Lei 12.304/2010 e contou com o envolvimento direto da alta administração e demais gestores da empresa em todas as etapas de sua elaboração. Foram estabelecidos os direcionadores estratégicos da Pré-Sal Petróleo através da observância da Missão, Visão e Valores da empresa e dos desafios a serem enfrentados no quinquênio, baseados em cenários da indústria do petróleo e gás natural que afetam diretamente a companhia.

Plano Anual de Negócios

O Plano Anual de Negócios (PAN) tem como foco identificar a necessidade de investimento em pessoal, recursos tecnológicos (*software* e hardware) e infraestrutura para o ano seguinte àquele vigente. O resultado do PAN fornece subsídios para o Programa de Dispêndio Global (PDG) e para o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI), e para a definição do quantitativo de pessoal a ser considerado para realização de processo seletivo público.

Gerenciamento da Rotina e Sistema de Padronização

A empresa já conta com mais de 60 documentos sobre as práticas de gestão e procedimentos para nortear o dia a dia e garantir a qualidade do desempenho. Esse ambiente de conformidade tem sido fundamental para o bom resultado das atividades da Pré-Sal Petróleo, que em 2018 registrou significativo aumento de seu volume de trabalho.

A companhia conta com quatro políticas (PO), 16 Práticas de Gestão (PG), nove Procedimentos de Processo (PP) e 12 Procedimentos de Execução (PE). Embora quase todos os procedimentos dos principais macroprocessos da empresa já estejam registrados, este é um trabalho contínuo.

Programa de Integridade

Em 2018, a empresa aderiu ao Programa de Fomento à Integridade Pública da Controladoria Geral da União e iniciou a construção do seu Programa de Integridade. O Código de Ética e Conduta da companhia é uma das diretrizes adotadas para fortalecer e aprimorar o ambiente ético e a conformidade no relacionamento com as partes interessadas. O código apresenta os valores e comportamentos que os empregados devem adotar nas interações com os setores público e privado e que devem ser observados em transações comerciais e operacionais.

Como parte do processo para implantação de seu Programa de Integridade, em julho de 2018, o Conselho de Administração aprovou a Política de Integridade. Esse documento estabeleceu as diretrizes gerais a serem adotadas no programa, bem como instituiu o Comitê de Governança e Conformidade como área responsável pela sua implantação, que passou a ser liderada pelo diretor de Administração, Controle e Finanças. A política de integridade também consolidou disposições sobre o canal de denúncias da empresa, conflito de interesses, orientações para prevenção, detecção e correção de atos fraudulentos, sinais de alerta e tratamento de retaliações.

Auditoria Interna

Para validar o cumprimento de suas atividades e minimizar parte dos riscos, a companhia conta com uma auditoria interna, um órgão de controle independente, ligado diretamente ao Conselho de Administração. A auditoria é responsável por fortalecer a gestão e assessorar a alta administração; desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, contribuindo para a legalidade, a impessoalidade e a probidade dos atos da administração; zelar pelo cumprimento dos objetivos estratégicos; e dar apoio aos órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU) do Governo Federal.

Gerenciamento de Riscos

A implantação da Gestão de Riscos da Pré-Sal Petróleo foi parte do Plano Estratégico 18-22 e contemplou o atendimento da Lei nº 13.303/16 e da Resolução CGPAR nº 18/16. A iniciativa promoveu a criação do procedimento de gerenciamento de riscos e sua implementação ao longo de 2018.

O processo de gerenciamento de riscos foi implementado e suas etapas e resultados foram registrados no Relatório de Gerenciamento de Riscos (RL.PRE.002/2018), elaborado pela Assessoria de Planejamento Estratégico e submetido à Diretoria e aos Conselhos de Administração, Fiscal e de Auditoria.

O controle e o monitoramento dos riscos são realizados mensalmente e reportado na Reunião de Análise Crítica do Planejamento Estratégico.

Políticas e práticas de governança corporativa

A Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, trouxe importantes definições sobre os requisitos mínimos a serem observados pelas empresas públicas no tocante aos temas: governança, transparência, integridade e controles internos.

Diante desse quadro de aprimoramento da governança nas estatais, a Pré-Sal Petróleo vem avançando a cada ano na implantação de boas práticas de governança. A empresa busca aumentar sua transparência, aprimorar o relacionamento com seus públicos de interesse e tomar decisões pautadas no planejamento estratégico. Em 2018, a companhia deu continuidade ao mapeamento de processos e macroprocessos, à confecção de procedimentos e manuais e à criação de métodos para acompanhamento da implementação das iniciativas para avaliação do desempenho operacional. Em novembro de 2018, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

O Estatuto Social da Pré-Sal Petróleo traz uma série de regramentos que norteiam os atos da administração e definem a estrutura organizacional interna e as funções das áreas que a compõem.

A atuação e as competências de cada ator da governança da companhia estão descritas a seguir:

Assembleia Geral

A Assembleia Geral, composta por um único acionista, a União, é o órgão máximo da Pré-Sal Petróleo com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros de Administração e Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é formado por cinco membros eleitos em Assembleia Geral e deverá ser constituído por um conselheiro indicado pelo Ministério de Minas e Energia, um indicado pelo Ministério da Fazenda, um pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um indicado pela Casa Civil e pelo diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo, membro nato. Os conselheiros de Administração têm prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente, e as extraordinárias, sempre que convocadas pelo seu presidente ou pela maioria dos seus membros. As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao presidente os votos ordinário e de qualidade.

Ao longo de 2018, destacam-se as seguintes deliberações do Conselho de Administração:

- Novo Estatuto Social da empresa;
- Plano Estratégico da Pré-Sal Petróleo para o quinquênio 2018-2022;

- Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração relativos ao exercício social de 2017;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA;
- Contratação do Sistema de Gestão de Gastos de Partilha da Produção, SGPP;
- Realização dos Leilões de comercialização do petróleo da União;
- Governança dos Acordos de Individualização da Produção – AIPS;
- Programa de Dispêndios Globais (PDG) de 2019 em conformidade com o planejamento estratégico;
- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Integridade;
- Relatório de Gerenciamento de Riscos;
- Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas aos trimestres de 2018;
- Matriz de governança dos Contratos de Partilha da Produção; e
- Criação do Comitê de Auditoria (COAUD) e nomeação de seus membros.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos e destituídos em Assembleia Geral. Os conselheiros têm um período de gestão de dois anos, admitidas duas reconduções, sendo dois conselheiros indicados pelo Ministério de Minas e Energia e um indicado pelo Ministério da Fazenda. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente, e as extraordinárias, quando convocadas pelo seu presidente.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão colegiado de direção geral da Pré-Sal Petróleo, ao qual incumbe exercer a gestão dos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria Executiva é de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As decisões colegiadas da Diretoria Executiva serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, presentes no mínimo três deles, cabendo ao diretor-presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Comitê de Governança e Conformidade (CGC)

O Comitê de Governança e Conformidade (CGC) tem a missão de apoiar à adoção das melhores práticas de governança corporativa e conformidade, bem como implantar um modelo de governança e conformidade nos moldes estabelecidos em lei.

Criação do Comitê de Auditoria Estatutário

O Subcomitê de Seleção do Conselho de Administração, formado pelos conselheiros Ariosto Culau, Marcelo Guarany e Geraldo Julião Júnior, recomendou a eleição, após criterioso processo de entrevistas, de três profissionais do mercado. O Conselho de Administração elegeu os membros do COAUD na 58ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de novembro e definiu o início dos trabalhos do Comitê para janeiro de 2019.

Comitê de Elegibilidade

O Comitê de Elegibilidade é constituído por três membros que auxiliam o acionista controlador na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Auditoria Externa

A auditoria externa é responsável por verificar as demonstrações contábeis trimestrais e anuais da Pré-Sal Petróleo.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é a área de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e subordina-se administrativamente ao diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo.

A Pré-Sal Petróleo tem suas demonstrações financeiras anuais submetidas ao exame de auditoria independente com vistas à emissão de parecer, prática que vem sendo adotada desde o início das atividades da companhia. A política da companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Paralelamente aos seus encargos como empresa pública, a Pré-Sal Petróleo se pauta pela Lei das Sociedades por Ações, atuando em consonância no que diz respeito à edição de relatórios e aprovações de praxe nas Assembleias Gerais. O capital social da empresa é composto exclusivamente por ações ordinárias.

O site da empresa apresenta a [composição dos Conselhos e Comitês, atas de reuniões e agenda de autoridades](#).

Descrição da composição e da remuneração da administração

Conforme o parágrafo único do artigo 38 do Estatuto Social da Pré-Sal Petróleo, aprovado pelo Decreto nº 8.063/2013, o quadro de pessoal da Pré-Sal Petróleo é composto de 30 funções gratificadas de livre provimento, com regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010.

Desses 30 empregados, dois foram cedidos pela Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União. A empresa mantém três contratos de prestação de serviços nas áreas de secretaria, *help desk* e serviços gerais, totalizando 13 profissionais e dois estagiários para dar suporte à Consultoria Jurídica. Ainda de acordo com o seu planejamento de recursos humanos, a Pré-Sal Petróleo conta com 14 profissionais, contratados mediante processo seletivo público, por prazo determinado, para a execução de atividades de caráter transitório, conforme previsto no Artigo 15 da Lei nº 12.304/2010.

A Pré-Sal Petróleo disponibiliza os benefícios de assistência médica e odontológica, extensiva aos dependentes legalmente aceitos, e auxílio-refeição.

Elaboração do Plano de Cargos e Salários (PCS)

O Plano de Cargos e Salários (PCS) foi desenvolvido ao longo de 2015 e 2016, sendo aprovado pelos colegiados da Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo na 38ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de março de 2017. Ao longo de 2017 e 2018, foram solicitadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) informações adicionais e algumas modificações no plano. As revisões solicitadas foram atendidas e encaminhadas à SEST em agosto de 2018.

O PCS é uma exigência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização do processo seletivo público, visando à admissão de pessoal permanente para a continuidade da empresa. Até o encerramento do exercício 2018, o PCS ainda não havia sido aprovado.

Quadro de Pessoal Permanente

Em agosto de 2018, foi solicitada ao MME e à SEST a autorização de vagas para realização de processo seletivo público para cargos permanentes. O pleito está em análise na SEST.

Remuneração da administração

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral realizada anualmente. Os benefícios referem-se a auxílio refeição e plano de saúde.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, em 2017, encontra-se na tabela a seguir:

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de membros	4	5	3
Valor da maior remuneração	973.768	91.656	91.656
Valor da menor remuneração	928.825	91.656	91.656
Valor médio da remuneração	940.061	91.656	91.656

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018 em conformidade com o Art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Marcio Felix Carvalho Bezerra
Presidente do Conselho

Marcelo Pacheco dos Guaranys
Conselheiro

Ariosto Antunes Culau
Conselheiro

Geraldo Julião Junior
Conselheiro

José Eduardo Vinhaes Gerk
Conselheiro

Leandro Leme Junior
Diretor de Administração, Controle e Finanças

Hercules Tadeu Filho
Diretor de Gestão de Contratos

Paulo Moreira de Carvalho
Diretor Técnico de Fiscalização